

A Pantera de Minas: análise das coberturas jornalísticas do feminicídio de Ângela Diniz na revista Manchete¹

Cecília de Souza Caetano²

Geovana de Cares Zanaki

Nicollas César Alcântara

Pedro Ludwig de Sacramento Alves

Debora Cristina Lopez³

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar e criticar a cobertura jornalística da revista Manchete (1952-2007), acerca do feminicídio da socialite belo-horizontina, Ângela Diniz, que foi assassinada brutalmente pelo seu parceiro Doca Street, em 30 de dezembro de 1976. Pretende-se observar, através de reportagens selecionadas, a abordagem da revista Manchete, através de uma análise discursiva e discutir o papel da cobertura jornalística como propagadora de valores patriarcais e machistas. A pesquisa se baseou em levantamentos e pesquisas de reportagens sobre o caso, realizadas através do Acervo Digital da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O estudo analisa as seguintes reportagens: “A morte da Pantera” do ano de 1973, da edição nº 1106; “Meu Irmão teve uma paixão negra” do ano de 1977, presente na edição nº 1292; “Doca, porque matei a mulher que amava” do ano de 1977, da edição nº 1293.

Palavra-chave: crítica de mídia; feminicídio; jornalismo; Manchete.

O jornalismo de revista desempenha molda compreensões e visões de mundo que influenciam de maneira direta determinados recortes do tempo e da vida das pessoas. As revistas representam uma forma singular de jornalismo que exerce uma influência significativa sobre a sociedade, pois, ao operar em sintonia com o tempo, estabelecem uma relação direta com a realidade, colaborando com nossa percepção de acontecimentos históricos, de hábitos, costumes e até mesmo com a moral de cada época (Azubel, 2013). O jornalismo, mais especificamente, atua como uma instituição que gera um poderoso discurso, produzindo significados relacionados ao cotidiano da sociedade, ao presente e a vários campos sociais (Ribeiro, 2014).

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto.

³ Debora Cristina Lopez é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e da graduação em Jornalismo da UFOP. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq. Email: debora.lopez@ufop.edu.br

A pesquisa proposta tem como objetivo aprimorar a compreensão do jornalismo de revista, destacando sua influência como agente do poder de discurso e explorando sua possível contribuição para a manutenção do patriarcado. O objeto específico é a extinta revista *Manchete*, através de uma análise discursiva crítica da cobertura jornalística do assassinato da socialite mineira Ângela Diniz. A pesquisa busca examinar como a revista *Manchete* desempenhou um papel significativo como um dos principais agentes de coberturas sobre esse assassinato, fazendo reportagens e chegando a realizar uma entrevista exclusiva com Doca Street, na época em que este se encontrava foragido após assassinar Ângela. A seleção do caso também partiu de uma reflexão a respeito da presença da misoginia e do machismo em coberturas jornalísticas de feminicídios no Brasil, como nos casos de Eliza Samúdio e Eloá Cristina. Entretanto, dado o foco da pesquisa na revista *Manchete*, foi escolhido realizar um estudo de caso relacionado a um feminicídio ocorrido durante o auge da revista. Nesse contexto surge o caso de Ângela Diniz, ocorrido em 1976 (Martins, 2023).

Ao analisar essa cobertura jornalística específica através de reportagens selecionadas, a pesquisa pretende criticar as narrativas construídas pela revista *Manchete*, examinando como elas podem ter contribuído para a perpetuação de normas e estruturas patriarcais. A proposta também é discutir a ética jornalística da revista acerca dessas reportagens. A abordagem crítica visa aprofundar o entendimento do papel dos meios de comunicação, em particular das revistas, na construção e reprodução de narrativas que podem refletir e reforçar desigualdades de gênero e poder, como ressalta Manuela Martins, em sua monografia “MÍDIA E FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE DO PODCAST PRAIA DOS OSSOS” (Martins, 2023).

As reportagens escolhidas para análise foram selecionadas de acordo com a proximidade temporal, com a ocorrência do evento, sendo publicadas semanas após o caso. Após uma leitura atenta dessas reportagens, emergiu a questão central que norteia esta pesquisa: "Quem é Ângela Diniz nas representações construídas pelas coberturas e reportagens da revista *Manchete*?" Esse questionamento visa explorar as diversas facetas da construção midiática da figura de Ângela Diniz, identificando como a revista *Manchete* moldou a narrativa em torno de sua persona e do trágico acontecimento que resultou em sua morte. Nesse contexto, sob o lema “Aconteceu, virou *Manchete*”, a extinta revista semanal *Manchete*, publicada pela primeira vez em 1952 por Adolpho Bloch e mantida

até o ano de 2007, desempenhou um papel fundamental na formação de discursos e pensamentos na sociedade brasileira, especialmente durante o século XX, quando se tornou a revista brasileira semanal mais vendida do país (Scalzo, 2004).

“Foi no final da década de 1960 que Manchete se transformou na mais importante revista semanal brasileira, quando superou a então insuperável O Cruzeiro” (Pádua, 2013, p. 213). Com alcance nacional e influência sobre a opinião pública, a revista conquistou notoriedade e reconhecimento em todo o país. Seu proprietário Adolpho Bloch, considerava a informação jornalística como uma mercadoria a ser comercializada ou negociada com os detentores do poder, buscando obter benefícios comerciais ou políticos (Pádua, 2013). O discurso das revistas, no decorrer da história, desempenhou um papel significativo na manutenção da opinião pública. Os meios de comunicação possuem uma ativa atuação nas pautas de relevância da sociedade, sendo lugar de privilégio, prestígio e de poder (Reis, 2022). Para a autora, o jornalismo opera entre a dominação hierárquica e a sociedade, tornando-se uma espécie de “quarto poder”, por assumir um papel de “voz do povo”, transformando a opinião pública (Reis, 2022, p.17).

“A PANTERA DE MINAS”: QUEM ERA ÂNGELA DINIZ?

Ângela Maria Fernandes Diniz, nasceu em 1944, em Curvelo, Minas Gerais, em uma família abastada, de pai dentista. Na adolescência, Ângela se firmou como uma das jovens mais bonitas da cidade de Belo Horizonte. A pantera de Minas atendia aos padrões da sociedade da época, sendo uma mulher branca, magra, com cabelos castanhos e traços finos. Seu nome vivia sendo assunto nas revistas e colunas de jornais, tanto por sua beleza, como por sua vida privilegiada em eventos da alta sociedade mineira. Aos 17 anos se casou com Milton Villas Boas, um engenheiro e industrial de 31 anos, com quem teve três filhos e foi casada por 9 anos (MARTINS, 2023). Posteriormente, com o seu divórcio, passou a frequentar a alta sociedade carioca e paulistana, se consagrando como uma socialite da época. O que a levou a conhecer o seu Algoz, Doca Street.

O feminismo na década de 1970 e o caso Ângela Diniz

O Brasil sendo um país construído com princípios patriarcais, onde a autoridade

e violência de homens eram perpetuados às mulheres e aos seus filhos na esfera familiar, é ainda regido por esses princípios, como defende a autora Maria Barreto: “O patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência” (Barreto, 2004, p.1). As mulheres na sociedade brasileira tiveram os seus direitos negados, foram exploradas e vistas em posição de inferioridade. Contudo, em 1970, o movimento feminista no Brasil efetivamente se organiza. A mulher brasileira nos anos 70, ainda era vista como intérprete do papel tradicional de mulher, imposto pelo patriarcado. Como propriedade do homem, promotora da paz doméstica, a mãe, a dona de casa e a esposa, performista da feminilidade, da doçura e da pureza (Da Cunha, 2001).

O feminismo moderno, tem seu início entre as décadas de 70 e 80, com o processo de redemocratização do país. As feministas dessas décadas, além de lutarem contra a censura da ditadura e pela democracia, também levavam em pauta assuntos, como a “sexualidade, maternidade, aborto, violência contra a mulher, contracepção, direito ao corpo” (Manini, 2012, p. 46). Nessa mesma década, o bordão “quem ama não mata” se tornou popular na luta feminista, devido a crimes cometidos por homens contra mulheres, com a justificativa da “honra conjugal”- legítima defesa da honra. Um argumento utilizado pela sociedade e em debates jurídicos, em defesa da “honra” de homens que cometiam atos violentos e até mesmo assassinatos - mais tarde reconhecidos como feminicídios - contra as suas ex-cônjuges ou companheiras. Os debates jurídicos de 1970 utilizavam a defesa da “honra” masculina, “revelando como o machismo estava presente na aplicação da lei, sob a argumentação de que se nada fizesse o homem diante da traição da mulher, sua honra estaria comprometida” (Lima, 2017, p. 22).

Mas o movimento feminista se ôpos a isso, diante aos casos de feminicídios na mídia e, principalmente durante o julgamento do caso de Ângela Diniz. Em 1979, durante o primeiro julgamento de Doca Street, a defesa do assassino utilizou o argumento de defesa da “honra conjugal”. Com isso, Doca foi condenado à apenas 2 anos de prisão e ainda recebeu direito a sursis - a suspensão de pena - por ter cumprido 7 meses de prisão. O feminicídio de Ângela, teve uma grande repercussão na mídia, e o argumento de legítima defesa da honra foi muito propagado por grandes veículos midiáticos, como é o

caso da Revista Manchete, objeto aqui analisado. Ângela Diniz não era uma mulher que se enquadrava nos padrões tradicionais associados às mulheres da época, sendo vista como a frente do seu tempo. Mas, por essa liberdade de ser quem era, a revista, a mídia e a sociedade a viam com maus olhos, por não se encaixar na moral e nos bons costumes da sociedade daquela época. Com isso, a mídia alimentou a narrativa machista e sexista que “A Pantera de Minas”, assassinada por Doca, teve responsabilidade sob sua própria morte (Martins, 2022).

O caso Ângela Diniz e a pena dada a Doca Street pela justiça tiveram grande influência tanto na luta feminista da época, quanto na justiça brasileira. “Nos anos 70, a impunidade começa a diminuir com a atuação dos movimentos feministas.” (Eluf, 2007, p. 171). Após o primeiro julgamento e a mobilização realizada pelos movimentos feministas, Street, foi a julgamento novamente e, dessa vez, recebeu a pena de 15 anos de reclusão por homicídio qualificado. Contudo só cumpriu três anos e meio de pena em regime fechado. Mesmo com sua condenação, Doca foi o tempo todo defendido não só nos tribunais, mas também por grande parte da mídia. “Ângela, foi morta duas vezes: A primeira quando foi morta naquela casa de praia e a segunda durante o julgamento de seu assassino”. (Martins, 2022, p. 53)

A morte da Pantera: Ângela Diniz e a Manchete

No mapeamento das edições da revista Manchete, inclusive nas anteriores ao crime ocorrido na Praia dos Ossos, Ângela Diniz é mencionada três vezes pela revista. A primeira referência é do ano de 1973, quando a revista cobriu o assassinato do jovem caseiro José Avelino dos Santos, na residência de Ângela em Belo Horizonte. Desde sua primeira aparição, Ângela é retratada pela revista com uma figura de uma mulher fatal, enganadora, sedutora e arrogante que é amada pelos homens e odiada pelas mulheres.

Nas reportagens onde Ângela é citada, é enfatizado que ela era uma mulher desquitada aos 26 anos, com três filhos que vivem com o pai e que mantinha relacionamentos com homens casados e pais de família. O perfil traçado de Ângela é baseado em seus escândalos íntimos e pessoais. A revista retrata Ângela como uma mulher “terrivelmente inteligente”, “que não teme nada” e que “sabe o que quer”

(Martins, 2023). Houve uma construção de uma persona de Ângela, através de seu apelido de “Pantera de Minas” que a coloca em um lugar de poder e de perdição dos homens, que perpassa através dos adjetivos que a revista usa para retratá-la. Além disso, ao longo da análise, ficou claro que a revista Manchete se aproveitou do lugar de privilégio de Ângela e de sua notoriedade na sociedade, para explorar a narrativa do caso.

A primeira reportagem analisada, intitulada “Ângela Diniz: A morte da pantera”, escrita por Carlos Cony em 15 de janeiro de 1977, de edição nº 1196, é a primeira realizada pela revista para relatar o assassinato de Ângela Diniz. A reportagem, que tinha como foco falar sobre o feminicídio da socialite, acabou se tornando uma reportagem que tinha como foco o assassino, Doca Street e seus principais motivos que tinham levado-o a assassinar Ângela. A reportagem diz que “Doca amou Ângela até o fim”, que “Doca matou por amor e isso conta ponto” e que ele só chegou a cometer o assassinato porque a vítima deixou-o “desequilibrado” e que “virou-lhe a cabeça”. Busca-se também trazer à tona o passado “obsuro” da Pantera de Minas, falando sobre os escândalos que norteavam sua vida.

Logo no primeiro parágrafo, é citada uma suposta traição de Ângela com um francês, acontecimento que a teria levado à morte. A traição, que nunca obteve provas concretas, é citada na reportagem como um motivo ideal para Doca ter tirado a sua vida, e por isso Ângela acabou “varada de balas”. A reportagem utiliza de adjetivos como “desgraça”, “arrogante”, “sedutora”, “atraente”, e “fatal” para designar Ângela Diniz.

Provocadora, a “moça que perseguiu o amor e nele encontrou a morte” só poderia ter dado motivo para o seu feminicídio, e Doca, o assassino, obteve uma “paixão desenfreada que o alcançou em cheio e que o fez descontrolar fatalmente”. A culpabilização de Ângela pela revista, sobre seu próprio assassinato reforça a manutenção do patriarcado, insinuando que um homem poderia legitimamente assassinar sua parceira sob a justificativa de suspeita de traição, simplesmente porque ela não se conformava às expectativas de uma sociedade patriarcal, machista e tradicional (Martins, 2023).

A reportagem “Meu irmão teve uma paixão negra”, em 1977, presente na edição 1292, foi escrita pelo repórter Tarlis Batista. A matéria é uma entrevista com Luiz Carlos Street, irmão de Doca. O perfil de Doca é construído, narrando sua vida até seu casamento

com Adelita Scarpa, até seu relacionamento com Ângela. Segundo Luiz Carlos, Doca iniciou seu caso com Ângela devido a influências de um amigo. “Não sei por que razão, (...) Doca passou a viver sob forte influência de Arthur Castillo. Foi ele quem insistiu para que meu irmão abandonasse Adelita. Doca não tinha intenção de deixar a mulher, o filho, a situação estável que tinha. Toda a família percebeu que Ângela poderia ser a causa”.

É perceptível as inúmeras tentativas não somente da revista, mas também do irmão, de uma vitimização de Doca. Lembrando que estamos falando de um homem que tinha 42 anos quando assassinou Ângela a sangue frio. Luiz Carlos explica que pela forte influência do amigo, e pelo fato de ter ficado “balançado” pela atraente Ângela, ele rompeu com sua esposa. Ângela é descrita como “paixão negra”, “fascinante”, “insegura” e responsável por ter acabado com o casamento de Doca e Adelita. Enquanto Doca é retratado como uma verdadeira vítima que “caiu nas garras da pantera”, que enfrentou “uma situação que não dependia de Doca, que o dominou e que o deixou agir de formas incontroláveis”. A reação violenta de Doca foi motivada pelo desejo de Ângela de encerrar o relacionamento, algo que, nos costumes atuais, não deveria custar a vida de alguém. A reportagem menciona depoimentos da doméstica que trabalhava na casa de Ângela, que foi importante para a defesa de Doca. Maria José afirma: “Quarto às escuras (...), doses maciças de champanha e outras bebidas e o uso constante de Previna.” A defesa de Doca Street argumenta que ele é um dependente de substâncias controladas, o que, acompanhado de um atestado médico que comprova sua falta de condições físicas, pode levar à sua pena sendo transformada em recolhimento a um hospital psiquiátrico, com base no artigo 22 do Código Penal. A reportagem também inclui uma entrevista com o advogado de Doca, Dr. Paulo José de Costa, que alega que o crime foi passional, como tantos outros, frequentemente cometidos por amor, já que ódio e ciúmes andam juntos.

O advogado também enfatiza que Ângela era um símbolo de “libertação sexual, libertação do uso de drogas e rompidora com todos os padrões sociais que ainda “respeitamos”, e uma “bonita e atraente jovem que era envolvida pelo cerco de valorização dessas enganosas virtudes”. A reportagem revela aceitação da “morte por defesa da honra” na cultura da época, que perpetuava a violência de gênero. Essa abordagem contribui para a perpetuação de pensamentos patriarcais, que impedem a

percepção de relacionamentos abusivos, sublinhando a necessidade premente de uma mudança profunda na maneira como a sociedade aborda e relata casos de violência contra as mulheres (Souza, 2023).

Na reportagem "Doca: porque matei a mulher que amava" publicada pela revista Manchete no ano de 1977, na edição nº 1293, é realizada uma entrevista exclusiva com Doca Street, quando este ainda se encontrava foragido, após o crime. Na entrevista, Doca confessa ter matado Ângela. O texto oferece uma visão íntima da relação conturbada entre Doca e Ângela, destacando o ciúme obsessivo, a violência emocional e o consumo excessivo de álcool por parte dela. Esta análise crítica investiga o contexto em que o artigo foi escrito, considerando a perspectiva machista, misógina e sexista da revista Manchete, examinando as nuances do discurso de Doca Street e a ética do jornalismo na representação de casos de violência de gênero. Ângela é chamada de “paixão doentia”, “provocativa” e uma mulher que “tinha problemas sérios com álcool”.

O discurso de Doca Street revela uma dinâmica de poder e controle em seu relacionamento com Ângela Diniz. Seu ciúme doentio e sua tentativa de controlar a vida e as escolhas de Ângela são características típicas de relacionamentos abusivos. Doca tenta justificar suas ações com a intensidade de seu amor, perpetuando a noção de que o ciúme excessivo é uma expressão válida de amor romântico. Essa narrativa é problemática, pois valida o controle masculino sobre as mulheres e desresponsabiliza os agressores. "Ela me provocava dizendo: 'Por que você não me bate?' E dizia, zombando, que um antigo amante, como sinal de macheza, disparara dois tiros em sua direção, e que eu não tinha coragem para isso.

Nesta passagem, Doca Street relata como Ângela Diniz o provocava, questionando sua masculinidade por não agir de forma violenta. Essa provocação é uma manipulação emocional clássica, mas é crucial notar que isso não justifica qualquer forma de violência. Ao citar tal provocação sem condená-la, o texto perpetua a ideia de que a violência é uma resposta aceitável ao desafio masculino, o que é profundamente problemático: "O amor que eu sentia por ela, a enorme paixão sempre me davam a esperança de uma regeneração total."

Considerações finais

A pesquisa destaca o laço entre o jornalismo de revista, o poder do discurso, a violência de gênero e a estrutura patriarcal que permeia as sociedades ocidentais. Essa interligação se manifesta através dessas coberturas jornalísticas de revista, mais especificamente na década de 70 no Brasil, onde a representação da mulher sempre esteve atrelada a lugares de subalternidade, repressão sexual e de gênero, enquanto homens desfrutavam de um lugar de privilégio relacionado ao gênero, classe e raça. O machismo e o sexismo presentes em nossa sociedade operam como mecanismos de poder que mantêm essas mulheres em papéis desiguais e reprimidos, enquanto os homens ocupam posições favoráveis, de vítimas, mesmo quando disparam quatro tiros no rosto e na nuca de uma mulher, como no caso de Doca, sob alegação de estar perdidamente apaixonado. Ângela Diniz é representada de forma machista pela revista Manchete, como mostrado e evidenciado através das análises das reportagens citadas. Ângela é na revista Manchete uma mulher extremamente calculista, provocativa e sedutora -que por meio das coberturas jornalísticas- dá a entender que mereceu perder a vida, simplesmente por ser a mulher quem era, uma mulher que não respondia às expectativas da sociedade do que uma mulher deveria ser. Ângela corrompia completamente com os padrões tradicionais da época, principalmente por ser uma mulher desquitada e que ficava com quem queria, e não tinha como obrigação -como nenhuma outra mulher- de ser como a sociedade queria que ela fosse.

No entanto, a revista Manchete, como muitas outras publicações da época, refletia uma sociedade permeada por valores machistas e patriarcais, e age como uma perpetuadora desses valores. Isso se reflete na maneira como o assassinato de Ângela foi abordado, frequentemente culpabilizando-a por sua própria morte. A revista desempenhou um papel crucial na moldagem da narrativa em torno do caso. A abordagem sensacionalista, que destaca os detalhes sórdidos da relação, pode ter perpetuado estereótipos de gênero e contribuído para a cultura de culpabilização das vítimas. Ao invés de questionar as atitudes abusivas de Doca Street, a narrativa parece explorar o drama emocional da história, desumanizando Ângela Diniz no processo.

Essa representação prejudicial e estigmatizante de Ângela na revista reflete uma persistente mentalidade machista que permeia a sociedade. A construção de estereótipos

que culpabilizam a vítima, com base em sua personalidade ou comportamento, apenas perpetua uma cultura que tolera a violência de gênero e tira a responsabilidade de quem realmente cometeu o crime. É crucial destacar que nada justifica tirar a vida de alguém, pois nenhuma pessoa merece ser vítima de violência, independentemente de seu modo de vida ou seus desejos e anseios.

Referências

Azubel, Larissa Lauffer Reinhardt. Jornalismo de revista: um olhar complexo. RuMoRes, v. 7, n. 13, p. 257-274, 2013.

Barreto, M. P. S. L. Patriarcalismo e feminismo: uma retrospectiva histórica. Revista Ártemis, v. 1, p. 64-73, 2004.

Da Cunha, Maria de Fátima. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido?. História: questões & debates, v. 34, n. 1, 2001.

Eluf, Luiza Nagib. A Paixão no Banco dos Réus: casos passionais céleres: de Pontes de Visgueiro a Pimenta Neves. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Lima, Juliana Gualberto. Femicídio no código penal brasileiro: análise dos aspectos relevantes da qualificadora. 2017. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Estudos em Direito e Sociedade, Faculdade de Direito, Curso de Bacharelado em Direito, Marabá, 2017.

Manini, D. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. Cadernos AEL, [S. l.], v. 2, n. 3/4, 2012. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2613>. Acesso em: 06 nov. 2023.

Martins, Danieli Marques. A cobertura midiática dos crimes de feminicídio. 2022.

Martins, Manuela Alves. Mídia e feminicídio: uma análise do podcast Praia dos Ossos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Habilitação em Publicidade e Propaganda)- Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Pádua, Gesner Duarte. 06. Manchete: a cortesã do poder. Revista Brasileira de História da Mídia, v. 2, n. 2, 2013.

Ribeiro, Daiane Bertasso. Jornalismo de revista e ethos discursivo: as imagens de si nas capas e nos editoriais de Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital. 2014. SARTI, C. A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 16, p. 31 - 48, 2016

Scalzo, M. Jornalismo de revista. São Paulo: Contexto, 2004

Rádio Novelo. Podcast Praia dos Ossos. Rádio Novelo, 2020. <https://www.radionovelo.com.br/praiadosossos>. Acesso em 06 de novembro de 2023.

Reis, Hevelin Bentes et al. Mulher e patriarcado na mídia: O jogo discursivo das revistas VEJA e IstoÉ. 2022